

O NEOLIBERALISMO NA EDUCAÇÃO: OS CASOS DE CHILE E TURQUIA EM PERSPECTIVA COMPARADA



NEOLIBERALISM IN EDUCATION: THE CASES OF CHILE AND Türkiye IN COMPARATIVE PERSPECTIVE

LETÍCIA SANTOS RIBEIRO DA SILVA DUTRA

Graduação em Pedagogia pela Faculdade UNIP (2022); Especialista em Neuropsicopedagogia pela Faculdade UNIP (2023); Professora de Educação Básica – no CEMEI Jardim das Palmas.

RESUMO

A partir das últimas décadas do século XX, a lógica neoliberal se tornou dominante, reestruturando profundamente políticas públicas, especialmente no campo educacional. Esse artigo tem como objetivo analisar os impactos da inserção de políticas neoliberais na estrutura, gestão e papel social da educação. Trata-se de uma análise bibliográfica e da produção teórica de autores críticos, a respeito de países com governos de profunda atuação do neoliberalismo no âmbito educacional, como o Chile e a Turquia. A análise evidencia que o neoliberalismo na educação se materializa por meio de uma gestão escolar com foco em resultados quantificáveis, com um ensino e financiamento orientado para o capital privado, transformando-a de um bem social para um produto que pode ser comprado e modificado de acordo com os interesses de seus investidores. O estudo reforça a urgência de se identificar padrões de ação e desenvolvimento de políticas públicas em governos neoliberais para contrapor a essa lógica de mercantilização da educação em âmbito nacional.

Palavras-chave: Neoliberalismo; Sistema Educacional; Ideologia; Política; Educação.

ABSTRACT

Since the final decades of the 20th century, neoliberal logic has become dominant, profoundly restructuring public policies, especially in the educational field. This article aims to analyze the impacts of the insertion of neoliberal policies on the structure, management, and social role of education. This article analyzes the literature and the theoretical production of critical authors regarding countries with governments that have deeply influenced neoliberalism in education, such as Chile and Turkey. The analysis shows that neoliberalism in education materializes through school management focused on quantifiable results, with teaching and financing oriented toward private capital, transforming it from a social good into a product that can be purchased and modified according to the interests of its investors. The study reinforces the urgent need to identify patterns of action and development of public policies in neoliberal governments to counter this logic of commodification of education at the national level.

Keywords: Neoliberalism; Educational System; Ideology; Politics; Education.

INTRODUÇÃO

O neoliberalismo se estabelece como uma ideologia política que visa estruturar uma agenda econômica e social baseada nas determinações do livre mercado. Essa agenda política se constrói através da junção de ideologias, valores e políticas que são guiadas pela busca da inserção do capital privado em setores anteriormente geridos pelo Estado, a fim de abrir espaço para que grandes corporações do setor privado se tornem parte do governo.

A educação, portanto, não escapa à lógica de mercado. Não é incomum que se veja países em desenvolvimento, assim como o Brasil, inserindo reformas educacionais cada vez mais atreladas ao neoliberalismo, substituindo os ideais de cidadania pelos ideais do livre mercado. Diante disso, surge o seguinte questionamento: a transformação e inserção de políticas neoliberais na educação parte de qual motivação?

A investigação desse problema se justifica pela sua relevância teórica e social. Do ponto de vista teórico, busca-se compreender de que maneira essa nova agenda política se insere, aos poucos, na educação. Na esfera social, busca-se compreender os efeitos dos impactos diretos e indiretos que tais políticas geram para o sistema educacional e para a vida daqueles que são diretamente afetados por essa agenda, sejam eles parte do núcleo escolar ou não.

Diante do exposto, o objetivo geral deste artigo é analisar de que forma o neoliberalismo se estrutura enquanto um projeto político e de que maneira sua agenda afeta as principais estruturas educacionais, como políticas de financiamento e formação de escolas e professores, em países do sul e norte global. Para atingir esse propósito, foram estabelecidos como objetivos específicos identificar as principais características de projetos neoliberais que se inserem na educação, bem como comparar diferentes países, e seus sistemas educacionais, a fim de mensurar se os impactos dessa transformação são semelhantes entre eles.

O NEOLIBERALISMO E A EDUCAÇÃO

Em sua obra “Educating The “Right” Way”, Michael W. Apple (2006) constrói sua análise sobre um panorama da educação estadunidense, o autor argumenta que políticas educacionais com grande influência neoliberal, como privatizações, acabam por transformar a educação em um produto de consumo, ignorando as complexidades culturais, sociais e políticas inerentes à educação.

Para Apple, a ênfase em um projeto de educação baseado na lógica de mercado, com regimes avaliativos rígidos e a inserção de valores conservadores, está ligado a um plano de reestruturação do sistema educacional constituído através de uma “modernização conservadora”, por meio de uma coalizão de grupos ideológicos vinculados ao liberalismo, conservadorismo, populismo autoritário e ao surgimento de uma nova classe média.

O autor estabelece que, ainda que sejam aliados, cada um desses grupos apresenta características e reivindicações distintas entre si. Os *neoliberais* defendem uma educação guiada pela lógica de mercado, com foco na privatização e competição entre escolas, defendendo que a escolha parta do consumidor. Os *neoconservadores* advogam para a retomada de um currículo nacional baseado no ensino tradicional, com padrões e testes rigidamente estabelecidos. Os *populistas autoritários* têm como principal característica a busca por restaurar a educação bíblico religiosa, com forte defesa ao sistema de “*homeschooling*” como forma de proteger as crianças de um sistema educacional secular.

Por fim, há também o surgimento de uma nova classe média, que atua no apoio técnico para a aliança entre os quatro grupos, implementando uma cultura de auditorias e sistemas de prestação de contas, que se beneficia de um sistema com grande estratificação educacional.

O autor conclui que a coalizão entre esses grupos, apesar de discordâncias internas, é bem-sucedida ao modificar o senso comum sobre a educação, atrelando a culpa dos problemas sociais enfrentados

pelo sistema educacional estadunidense ao Estado, ou até mesmo redirecionando a culpa para as vítimas de tais questões, criando uma estrutura mais desigual e menos democrática.

OS IMPACTOS DAS REFORMAS NEOLIBERAIS NO SISTEMA EDUCACIONAL

Para se ter um contexto amplo dos impactos de políticas neoliberais na educação, é necessário se pensar os modelos educacionais fora do eixo do norte global. O artigo “ *La concepción neoliberal de la educación y sus impactos en el Sur Global: una nueva forma de imperialismo*” (2021) de Bruno Antonio Picoli e Alexandre Anselmo Guilherme, analisa as experiências de Chile, Brasil e África do Sul como estudos de caso centrais sobre o impacto concreto desse tipo de reforma em seus respectivos sistemas educacionais, se propondo a entender qual o impacto causado por essas políticas na educação do sul global, explorando a forma com que o neoliberalismo compreende a educação antes e depois dessas reformas.

Picoli e Guilherme (2021) apontam que o neoliberalismo se instaura como uma nova manifestação do imperialismo, já que busca se afirmar como a única realidade possível não apenas no âmbito político e econômico, bem como na vida social e individual. Os autores citam a interpretação de Grenier e Orléan (1979) a respeito do pensamento de Foucault sobre o neoliberalismo, onde o filósofo e historiador afirma que esse novo modo de liberalismo que emergia na época se tratava também de uma forma de ser e pensar, ou seja, é portanto uma ideologia (Foucault, 2008).

Dessa forma, o artigo evidência que esse novo sistema político trabalha em prol de criar sua metanarrativa, criando reformas para que sua narrativa se realize, assim obtendo sucesso como a abordagem dominante nas mais diversas áreas da vida social ao se promover não como uma utopia a ser conquistada, mas como a verdade possível. Diante disso, o neoliberalismo despolitiza as relações entre os indivíduos, as representando meramente enquanto relações de mercado, agindo pela lógica da troca de mercadorias.

Assim como analisado anteriormente por Apple (2006), Picoli e Guilherme (2021) afirmam que a educação, nesse cenário, é utilizada como um campo de disputa para se transformar o acesso ao conhecimento também em um tipo de mercadoria. Para se estabelecer como uma ideologia, o neoliberalismo requer controle do discurso educacional para inserir seus valores e crenças na formação de jovens e crianças, especialmente quanto ao sucesso individual e a liberdade de escolha nas relações entre os indivíduos. Essa estratégia visa alterar as noções sociais sobre relações de poder, e portanto, atribuir a pobreza e o fracasso aos indivíduos que o sistema caracteriza como preguiçosos, ao mesmo tempo que defende a possibilidade de superação dessas condições através da obediência ao mercado, ao invés de assumir a responsabilidade pelas condições de vida do sujeito.

O artigo demonstra que ao se utilizar de um discurso fragmentado e reformas parciais, o neoliberalismo conseguiu estabelecer controle centralizado da educação, estabelecendo assim sua narrativa como uma nova forma de governar o sistema educacional. Para os autores, os principais mecanismos utilizados nesse tipo de agenda política incluem a implementação de testes padronizados, como o PISA, que funcionam como uma forma de regulamentação do que deve ser ensinado e comunica os resultados desses processos de avaliação a fim de pressionar as escolas e o sistema educacional a organizar seus currículos, práticas pedagógicas, formação de professores etc. de acordo com o projeto neoliberal de educação.

Picoli e Guilherme (2021) citam a perspectiva de Olsen e Peters (2005), onde os autores afirmam que enquanto o liberalismo clássico busca justamente a prática da liberdade, no neoliberalismo por outro lado, o indivíduo como servo obediente ao sistema, cria em si um ser competitivo, onde os interesses no livre mercado e livre iniciativa, juntamente da competitividade, são vistos como a única possibilidade.

Diante desse contexto, a instrumentalização do conhecimento para o desenvolvimento da competição é favorecido, e disciplinas como filosofia, sociologia e arte acabam por serem gradualmente removidas do currículo por serem vistas como irrelevantes em um mundo competitivo.

Por fim, ao transformar a educação em um serviço orientado para o mercado, o sistema educacional acaba por desenvolver uma identidade corporativa (Connel, 2009), intensificando o senso de competição não apenas entre alunos, mas também entre professores, escolas e universidades, e portanto, deixam de serem instituições que promovem a produção de conhecimento, para se converter em instituições de geração de lucro.

REFORMAS EDUCACIONAIS NO SUL GLOBAL

Seguindo a análise proposta pelo artigo de Picoli e Guilherme (2021), as reformas neoliberais estabelecidas no sul-global, mais especificamente em Chile, Brasil e África do Sul, são casos de rica análise para se entender as diferentes formas que tal agenda política se instaura e modifica os mais diversos sistemas educacionais. Para isto, é necessário clarificar o significado do termo “sul global” no âmbito geográfico e político.

O termo sul global diz respeito aos países localizados em ecossistemas tropicais e subtropicais, e que no seu passado, foram marcados por processos de colonização realizados majoritariamente por países europeus ou um pouco mais adiante na história, pelos Estados Unidos.

“No entanto, no Sul Global, os novos direitos de cidadania universal conquistados contradizem as reais condições materiais na vida dos cidadãos produzidas pelo neoliberalismo. Sua cidadania política e seus direitos formais abstratos se expandiram, mas, ao mesmo tempo, sua exploração econômica e a abdicação da responsabilidade pública por serviços básicos permanecem elevadas, e seus meios de subsistência são erodidos.” (Picoli e Guilherme, p.207, 2021.)

CHILE E TURQUIA: QUANDO O NEOLIBERALISMO SE ALIA A GOVERNOS AUTORITÁRIOS

Para o que se propõe apresentar neste artigo, a análise do sistema educacional chileno e turco se faz essencial. Ambos os países têm marcado em sua história períodos de grande ação autoritária em sua história política, afetando diretamente as estruturas centrais de seus sistemas de educação através de grandes reformas associadas, muitas vezes, à influência de políticas neoliberais no Estado.

Ao tratar do caso chileno, é preciso iniciar a análise a partir da década de 1980, onde o sistema educacional chileno sofreu com reformas radicais em sua estrutura de financiamento e gestão. O artigo “*El Experimento Educativo Chileno 20 Anos Después: Una Mirada Crítica a Los Logros e Falências do Sistema Escolar.*” de Rodrigo Cornejo Chávez (2006), constrói uma análise profunda a respeito das reformas instauradas no governo ditatorial de Augusto Pinochet.

Em 1973, após colocar em prática um golpe de Estado, Pinochet estabelece uma ditadura de extrema direita no país, privatizando ativos públicos e consolidando uma série de reformas educacionais, como a cobrança de taxas de permanência e mensalidade nas universidades. Algo a se notar sobre as reformas estabelecidas na época é o fato de comumente serem referenciadas como “el experimento del mercado educativo” (o experimento do mercado educacional), sendo estabelecida sem quaisquer diálogos com entidades e atores que agiam diretamente na educação chilena, servindo como uma vitrine de tais políticas para outros países do Sul Global.

Partindo para a década de 1980, o sistema público de educação sofre com uma grande reforma baseada em quatro pilares: 1) um novo sistema regulatório para a educação; 2) um novo modelo de gestão para a educação formal; 3) uma nova forma de financiamento escolar por meio de vouchers ou subsídios estudantis - onde o aluno pode escolher usar esse “tíquete” de matrícula em escolas privadas ou escolas estatais - e por fim 4) a reestruturação vinculada a privatização do ensino superior. O sistema de vouchers e a privatização seriam apenas o início de uma grande crise financeira no sistema educacional chileno.

Como forma de respaldar essa série de reformas, o Chile adotou um discurso público de que a educação seria de responsabilidade das famílias, e portanto, não seria mais entendida enquanto um

direito social. Vale mencionar que o ensino fundamental e médio permanecem sendo obrigatórios, onde 92% dos alunos que frequentam escolas públicas são beneficiários do sistema de vouchers.

Esse sistema consiste basicamente como um “*sistema de subvenções onde o estado subsidia colégios privados essencialmente no mesmo nível dos estabelecimentos municipais*” (OCDE 2004:177), como citado pelos autores. Para Cornejo (2006), esse sistema de subsídios funciona como um método explícito de introdução de mecanismos de competência de tipo de mercado entre os colégios, ou seja, os estabelecimentos de ensino começam a competir para captar alunos/as para receber tal subvenção estatal, o que segundo o projeto, geraria uma dinâmica de competitividade entre os colégios por uma melhoria de resultados acadêmicos.

O autor afirma que esse modelo de gestão gerou um crescimento massivo no número de empresas de capital privado sendo subvencionadas pelo estado. Em comparação a educação particular paga pelas famílias, a educação particular subvencionada pelo estado apresentou um crescimento de 7% em 1980, para 37% em 2001 e segue aumentando.

Em entrevista para a Revista Educação, o professor e pesquisador da Faculdade de Educação da Pontifícia Universidade Católica do Chile, Ernesto Treviño Villarreal, que hoje ocupa o cargo de Assessor Sênior do Laboratório Latino-Americano de Avaliação da Qualidade da Educação, UNESCO-OREALC, criticou profundamente a política de vouchers instaurada no Chile.

Treviño, ao lado de outros pesquisadores, publicou em julho de 2018 o estudo “*O que poderia acontecer se os vouchers escolares e a privatização das escolas se tornassem universais nos EUA: aprendendo com um experimento nacional - Chile.*” onde os autores afirmam que tal política é prejudicial e criticam sua implementação tanto no Chile quanto nos EUA, mesmo que esse seja um país neoliberal.

Para o professor chileno, a política de tíquetes gera um aumento da segregação socioeconômica e racial nas escolas, aumentando também a desigualdade nos resultados educacionais de aprendizagem e trajetória escolar. Treviño afirma ainda que esse sistema fracassa por não cumprir com o que prometeu, já que a teoria de Chubb e Moe, com base em Friedman - ganhador do Nobel de Economia e professor da Universidade de Chicago - sugere que a competição entre escolas pela matrícula dos alunos, fará com que escolas que apresentem um baixo desempenho desapareçam eventualmente, visto que os pais tendem a escolher escolas de maior qualidade.

O autor aponta que o Chile possui níveis acentuados de segregação econômica entre escolas, sendo a segregação escolar ainda mais alta que a segregação residencial. Essa segregação é promovida, em parte, justamente pela competição entre essas escolas, que buscam nichos econômicos

específicos entre a população na intenção de encontrar estudantes com características de fácil aprendizagem, assim alcançando pontuações mais elevadas em testes padronizados, como o PISA, mencionado anteriormente.

Em entrevista, Treviño afirma que atualmente no Chile, a educação pública atende um terço da população, enquanto escolas privadas subsidiadas pelo Estado atendem cerca de 60% dos alunos. Para o autor, essa tendência demonstra que o plano de fundo dessa política é o desmanche da educação pública.

TURQUIA: OS IMPACTOS DO NEOLIBERALISMO NA GESTÃO EDUCACIONAL

Para tratar da influência neoliberal na educação turca, é necessário se fazer uma retomada histórica que se inicia na década de 1920. A educação tem tido, desde então, um papel fundamental no projeto de modernização do estado turco desde o final da era otomana. Para Mustafa Kemal Atatürk, ex-presidente conhecido como pai fundador da República da Turquia, a educação tinha três papéis a cumprir: a concretização do projeto de modernização, a formação do Estado-nação e a conquista do desenvolvimento econômico.

Em 1924, A Lei de Unificação do Ensino (*Tevhid-i Tedrisat Kanunu*) é o pontapé inicial para entendermos a dinâmica do setor educacional na Turquia e seus desdobramentos. A Lei de Unificação tinha por princípio a abolição de todo o ensino religioso nas escolas públicas, colocando a educação sob o controle estatal, por meio do Ministério da Educação Nacional. A constituinte tinha como objetivo pôr fim a estrutura educacional vigente na época, que funcionava de forma dual, contemplando escolas religiosas e seculares.

O processo de unificação secular da educação se seguiu até a década de 1950, onde foi interrompido com a eleição do partido Democrata Conservador. Durante o governo de tal partido, a educação ficou marcada pelo ressurgimento do islamismo, o que gerou impactos consideráveis no sistema educacional, como a reversão as reformas e medidas secularistas aprovadas até então. A revogação das reformas secularistas implementadas até então, fez com que as escolas religiosas Imam Hatip, que haviam sido fechadas em 1930, fossem reabertas e apresentassem um grande crescimento nos anos seguintes.

As Escolas Imam Hatip são escolas de preparação para líderes religiosos e pregadores. Com a reabertura, se construiu aos poucos uma noção nacional de que essas escolas seriam uma alternativa às escolas secundaristas, assim ressurgindo o sistema de educação dual.

Por estarem, em sua maioria, localizadas em bairros afastados do centro, até mesmo considerados rurais, parte da população e autores ligados ao kemalismo - ideologia política baseada nas ideias de

Mustafa Kemal - criticaram as escolas Imam Hatip pôr as considerarem "um quintal de ideologia religiosa", afirmando que seus estudantes eram educados a serem inimigos do secularismo. Em contrapartida, a parcela islâmica da população afirmava que as escolas forneciam uma educação de boa qualidade e oportunidades de formação para as populações rurais.

Mesmo que a Constituição de 1961 tenha reconhecido o direito pela educação, entre anos 1950 e 1980, a educação turca foi marcada por uma série de medidas e reformas, feitas em sua maioria de cima para baixo, ou seja, sem a consulta de atores diretamente ligados a educação, o que ocasionou um aumento na desigualdade educacional entre o centro e as áreas rurais da cidade, acentuando a estratificação social..

Em setembro de 1980 ocorre o golpe militar que dá início a era de políticas neoliberais na Turquia, com a aplicação de políticas exigidas pelo FMI e a definição de uma nova ideologia oficial - a Síntese Turco-Islâmica, que combina o nacionalismo turco e o islamismo com uma ênfase que variava entre um e outro de acordo com as necessidades do governo. Essa ideologia molda as políticas educacionais a partir da década de 1980, criando políticas de redução de gastos para o Estado e incentivando a privatização dos serviços públicos, especialmente os serviços de educação.

A partir desse momento, as duas tendências - a privatização dos serviços públicos e a dominação religiosa por meio da expansão de escolas Imam Hatip, se aliaram dentro do sistema educacional. A era pós 1980 é marcada por uma grande mudança na forma com que o estado turco investia na educação, sendo esse serviço público profundamente afetado pela reestruturação dos gastos estatais, com um declínio vertiginoso na alocação de verbas para a pasta, ainda que paralelamente tenha sido verificado um aumento no número de alunos desde a década de 1970.

Halil Buyruk (2015), pesquisador de pós-doutorado na Universidade de Ancara, aponta que se deve notar que as privatizações realizadas na educação têm características distintas das realizadas em práticas gerais de privatização. Para o autor, a privatização é usada enquanto um conceito que se refere à transferência de empresas estatais para empreendedores privados, mas na educação esse processo ganha outras nuances, onde há esforços para aumentar a participação de instituições educacionais privados no setor educacional, e mesmo na educação pública, há formas de comercialização mais amplas, como o uso de subcontratados privados.

De maneira similar ao governo chileno, porém sem o uso de vouchers, o governo turco nas mãos do partido AKP(*Adalet ve Kalkınma Partisi*) - Partido da Justiça e Desenvolvimento - investiu em iniciativas para aumentar a participação de instituições privadas na educação, até mesmo prometendo disponibilizar apoio financeiro para estudantes que buscassem se matricular em escolas

privadas, embora essa medida não tenha obtido sucesso entre a população. Ainda que tenha fracassado nesta iniciativa, o partido AKP seguiu investindo e incentivando grupos de capital privado a se inserir no sistema educacional, dessa vez, por meio dos "*dershanes*", cursos intensivos de instituições privadas para o ingresso na universidade.

De início, houve uma falsa impressão, propagada pelo partido, de uma política mais moderada, principalmente pelo apoio à União Europeia a implementação de reformas democráticas, em conjunto com o apoio para a discussão de acordos de paz com os Curdos. Porém, analistas políticos apontaram que tais medidas foram implementadas a fim de ganhar apoio de diferentes grupos da sociedade, em busca de estabelecer uma aliança hegemônica e legitimidade política enquanto promovia sua ideologia política.

Buyruk aponta em seu artigo que desde a chegada do partido AKP ao governo, houve uma mudança no sistema de financiamento de escolas por parte do Estado, incluindo as associações de pais e escolas no financiamento da educação. A partir da circular que instituiu essa medida, emitida em 2005, a arrecadação de fundos nas escolas foi legalizada, e as associações passaram a administrar cantinas, estacionamentos e auditórios, em conjunto com a administração das escolas. O autor compara esse processo ao conceito de "privatização oculta" cunhado por Ball e Youdell (2007).

Ainda sobre o papel das associações de pais e escolas na administração, há grande incentivo do Estado para que as famílias se associem, visando aumentar as contribuições para os fundos escolares. Essas associações são compostas muitas vezes por famílias de classe média, que contribuem regularmente para os fundos escolares, sendo assim, famílias de classe trabalhadora comumente não conseguem se associar pois não tem como contribuir, gerando diferenciação no investimento entre escolas de uma mesma cidade.

Assim como mencionado por Picoli e Guilherme (2021), a adoção de testes padronizados também é presente no sistema educacional turco, sendo essa uma das características do avanço do neoliberalismo na educação. Na Turquia, a transição entre etapas do ensino fundamental e médio são baseadas nos resultados obtidos através destes testes, e para além das avaliações, esse mecanismo se tornou uma indústria no país, juntamente com os cursos intensivos "*dershanes*" mencionados anteriormente.

Para além dos estudantes, a influência do neoliberalismo na educação turca atingiu profundamente a formação e processo de trabalho dos docentes. Segundo Buyruk (2015) grande parte dos professores são também servidores públicos, no entanto, durante a década de 2000, alguns professores começaram a ser contratados e remunerados em um modelo de emprego flexível

aplicado a alguns setores de serviços do Estado, tendo esse modelo de trabalho abolido somente em 2011.

O autor afirma que aproximadamente 100.000 professores continuam a trabalhar apenas por uma taxa definida pelo curso em que leciona, sem leis que o resguardem de qualquer segurança ou benefício, onde a remuneração pode ser equiparada ao salário-mínimo na época - correspondente a 5.236 liras turcas, o que seriam 673,17 em reais, atualmente. Buyruk ainda menciona que esses professores contratados não podem se beneficiar de direitos garantidos a outros trabalhadores, pois seu regime de contrato é diferente dos professores titulares, sendo assim, grande parte dos serviços escolares é prestado por trabalhadores em contratos temporários, sendo comum a depreciação e desqualificação desses profissionais no mercado de trabalho.

RESISTÊNCIA SINDICAL

Para tratar em sua totalidade das singularidades do caso turco, é necessário evidenciar o movimento de resistência sindical encabeçado por grandes sindicatos de professores contra as reformas propostas pelo governo da época, sendo uma das mais conhecidas a reforma 4+, símbolo do projeto neoliberal de educação proposto pelo governo da Turquia e sua política autoritária.

A reforma 4+ de 2012, de forma simplificada, se trata de uma alteração na divisão de séries da educação turca, estendendo compulsoriamente a educação básica de 8 para 12 anos, reestruturando a divisão entre quatro anos de ensino fundamental, quatro anos de ensino médio primário - o que é conhecido no Brasil como ensino fundamental dois - e por fim, quatro anos de ensino médio secundário.

Tal reforma foi estabelecida conjuntamente com a abolição de leis que restringiram a educação religiosa, com a adição de cursos opcionais de cunho religioso para o nível secundário. Dois anos após essa reforma inicial, houve a introdução de um programa de vouchers semelhante ao encontrado no experimento chileno, para apoiar financeiramente o setor de educação privada, seguidamente de uma profunda revisão dos currículos e livros didáticos entre 2017 e 2018, apagando momentos históricos a respeito da fundação da república e inserindo ainda mais conteúdos religiosos. As reformas implantadas deixaram a educação turca nas mãos da iniciativa privada, enquanto o partido AKP se beneficiava de tais medidas para incutir sua ideologia conservadora religiosa aos poucos na educação do país.

Diante desse panorama, alguns dos maiores sindicatos de trabalhadores da educação na Turquia foram às ruas em protesto contra as medidas adotadas pelo governo. A questão sindical na Turquia é bastante delicada, já que há sindicatos totalmente alinhados ao governo, parcialmente aliados e totalmente contra.

O primeiro sindicato, Eýitim -Sen, é o menor entre os três. Essa associação é a que mais expressa críticas radicais às políticas neoliberais do partido AKP e que mantém a posição contrária à reforma. Sua ascensão iniciou em 1990, em decorrência de sua resistência e linha de luta contra o neoliberalismo.

O Türk-Eýitim-Sen, é o segundo maior sindicato de servidores da educação no país. Ele representa uma tradição nacionalista desde sua criação. Foi o sindicato que conseguiu garantir a nomeação de seus membros para unidades ministeriais e cargos executivos em escolas, seguindo políticas de proteção aos seus interesses. Desenvolveu uma boa relação com governos de direita na década de 90 e apoiou suas políticas. Embora hoje demonstre certa discordância com algumas políticas neoliberais do partido AKP, não se pode dizer que a associação de posicione de forma totalmente contrária ao governo.

E por último, o sindicato Eýitim- Bir-Sen, sendo a maior associação de professores da Turquia. A associação é conhecida por sua abordagem atrelada ao “sindicalismo reformista”, atuando juntamente ao governo e desempenhando grande papel na implementação de reformas educacionais, funcionando como uma instituição para legitimar as políticas governamentais.

Desde a chegada do partido AKP em 2002, o sindicato expandiu o seu quadro em 1.500%, já que funcionários que desejam ser diretores de escolas, almejam cargos atrelados ao governo ou são atraídos por sua posição ideológica mais conservadora, tendem a se filiar a ele.

A divergência nas abordagens políticas entre os sindicatos foi parte norteadora nas posições tomadas por cada uma das associações diante da reforma 4+. Enquanto o sindicato Eýitim -Sen, crítico ao governo do partido AKP e alinhado a perspectivas sindicalistas manteve uma posição contrária a reforma, condenando-a por seu viés conservador e medidas alinhadas ao neoliberalismo, outros sindicatos como o Türk-Eýitim-Sen e Eýitim- Bir-Sen se opuseram parcialmente ou concordaram plenamente com a reforma.

De acordo com o Eýitim-Sen, o objetivo do governo seria reformar o sistema educacional com base em diferenças religiosas, enfraquecer a educação pública e fortalecer as escolas particulares, juntamente do incentivo à inserção do mercado privado na educação, transferindo recursos estatais para a inativa privada.

O 19º Conselho Nacional foi essencial para demonstrar como o governo não estava aberto a receber quaisquer críticas a seu projeto de educação. Neste conselho, houve fortes recomendações a favor da reforma, incluindo o aumento de disciplinas religiosas, adotadas com o apoio do sindicato aliado ao governo, Eýitim- Bir-Sen. Já o sindicato Türk-Eýitim-Sen se opôs a partes da reforma por meio de

comunicados à imprensa e notas em seu site oficial, enquanto o sindicato Eýitim-Sen, o de políticas mais alinhadas ao secularismo, não foi convidado a participar dos trabalhos preparatórios do Congressos, sendo representado apenas por 4 membros no conselho final.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo se propôs a investigar quais os mecanismos adotados por governos neoliberalistas para alinhar sua agenda política com seu projeto de educação para seus respectivos países, usando dos casos de Chile e Turquia como exemplos práticos das implicações diretas da aplicação de tal modelo político no sistema educacional.

Partindo dessa premissa, a pesquisa buscou responder aos objetivos específicos de identificar os padrões utilizados por esses governos na adoção de políticas voltadas ao neoliberalismo através da comparação de países de culturas e localidades diferentes, evidenciando assim como essa agenda política busca apagar as singularidades de cada sistema educacional, que devem ser estruturados considerando o contexto social específico de sua nação, transformando a educação em uma mercadoria que pode ter seus eixos fundadores modificados a depender dos interesses do capital privado.

Em relação ao principal objetivo estabelecido por esta pesquisa, que visava analisar de que forma o neoliberalismo se estrutura enquanto um projeto político e de que maneira sua agenda afeta as principais estruturas educacionais, os dados apresentados permitem concluir que, em ambos os países, a implementação de um modelo neoliberalista de educação implicou em um severo aumento da estratificação social entre alunos, principalmente entre alunos de escolas públicas e alunos de escolas privadas, já que ao ser tratado como um tipo de mercadoria, o conhecimento fica restrito aqueles que podem pagar por ele, e deixa de ser um bem social a todos.

Para além da evidente desigualdade implantada por esse projeto de gestão educacional, com as reformas adotadas pelos governos citados, tais modelos de reformas afetam a relação de trabalho entre servidores da educação e a gestão escolar, que acabam por se tornar reféns de um sistema que precariza o seu trabalho e os empurra para contratos de trabalho cada vez mais frágeis. O projeto de descentralização da educação está, por vezes, atrelado ao abandono da responsabilidade de fornecer uma educação bem fundamentada e bem financiada, por parte do Estado, que sob a premissa de uma livre escolha, baseada nos princípios do livre mercado propagado pelo neoliberalismo, impõe às famílias a obrigatoriedade de financiar as escolas direta ou indiretamente, enquanto paralelamente, as escolas são obrigadas a competir pela atenção dessas famílias e por seus “vouchers”, seguindo uma lógica mercadológica que ao final deste ciclo, beneficia apenas o capital privado, enquanto afasta jovens e crianças de seus direitos a uma educação de qualidade.

Em suma, este trabalho evidencia como a lógica neoliberalista que trata a educação como um produto que pode ser modificado a depender das exigências do mercado privado, é nociva a prática pedagógica e a aprendizagem a longo prazo. Apesar da pequena amostra apresentada neste artigo, que discute brevemente o caso de dois países, a discussão mobilizada na área das políticas públicas educacionais é ampla e longínqua na academia, e os casos citados permitem que seja possível estabelecer um padrão de ação entre esses governos, servindo como base para futuras investigações de âmbito nacional, a fim de investigar quais políticas públicas têm sido adotadas pelo estado brasileiro.

REFERÊNCIAS

APPLE, M. W. **Educating the “right” way : markets, standards, God, and inequality**. New York: Routledge, 2006.

BOZARSLAN, H. **Constructing the ‘New Turkey’ Through Education**. Heinrich Böll Stiftung, 1 out. 2019. Disponível em: <<https://tr.boell.org/en/2019/10/01/constructing-new-turkey-through-education>>. Acesso 7 set. 2025.

BUYRUK, H. **Current Developments in School Education in Turkey: education ‘reforms’ and teacher trade union responses**. *FORUM*, v. 57, n. 2, p. 147-166, 2015. DOI: 10.15730/forum.2015.57.2.147 . Disponível em: <https://eric.ed.gov/?id=EJ1063764> . Acesso 7 set 2025.

FREDERICO GUIMARÃES. **Sistema de vouchers escolares gera desigualdades, critica especialista**. Disponível em: <<https://revistaeducacao.com.br/2019/10/08/vouchers-escolares/>>. Acesso 5 set. 2025.

Picoli, B. A., & Guilherme, A. A. (2021). **La concepción neoliberal de la educación y sus impactos en el Sur Global: una nueva forma de imperialismo**. Foro de Educación, 19(1), 199-222. doi: <http://dx.doi.org/10.14516/fde.761>. Acesso 7 set. 2025.

KARLIDAG-DENNIS, E.; MCGRATH, S.; STEVENSON, H. **Educational Policymaking and Hegemony: Monolithic Voices from Civil Society**. *(2019) Educational policy-making and hegemony: monolithic voices from civil society. British Journal of Sociology of Education, 40(8), pp. 1138-1153. (doi: 10.1080/01425692.2019.1647091)